

— 69 —

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 236 Srs. Deputados.

Vai-se proceder à votação da matéria constante da Ordem do Dia.

Votação, em discussão única da emenda do Senado ao Projeto n.º 462-D, de 1955, que estabelece prisão especial para o empregado no exercício de representação profissional ou no cargo de administração sindical; tendo parecer favorável da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE — Vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA DO SENADO

Acrescente-se antes do Art. 1.º o seguinte artigo:

“Art. — Terão direito à prisão especial os dirigentes de entidades sindicais de todos os graus e representativas de empregados, empregadores, profissionais liberais, agentes e trabalhadores autônomos”.

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE — O projeto vai à redação final, dando-se ciência do ocorrido ao Senado.

Votação, em primeira discussão, do Projeto n.º 3.362-A, de 1953, que dispõe sobre a permanência no serviço ativo dos sargentos das Forças Armadas que contem ou venham a contar mais de dez anos de serviço; tendo pareceres: pela constitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça; com substitutivo da Comissão de Segurança Nacional e favorável ao mesmo da Comissão de Finanças.

A este projeto a Comissão de Segurança Nacional ofereceu e vou submeter a votos o seguinte:

SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º E' assegurada estabilidade no serviço ativo militar, in-

dependente de engajamento ou reengajamento, aos sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que contem ou venham a contar dez ou mais anos de serviço militar.

Art. 2.º Os sargentos serão obrigatoriamente submetidos à inspeção de saúde, trienalmente, e reformados se considerados fisicamente incapazes para o serviço militar, na conformidade da legislação em vigor.

Art. 3.º Será passível de exclusão ou expulsão o sargento que, em sentença passada em julgado, fôr condenado à pena restritiva da liberdade individual superior a dois anos, ou declarado, em processo regular e por decisão de órgão militar competente para o julgamento, responsável pela prática de ato prejudicial à ordem pública, nocivo à disciplina militar ou atentatória ao Estado ou às instituições constitucionais.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — O projeto substitutivo passa à segunda discussão, ficando prejudicado o primitivo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Tenório Cavalcanti.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto n.º 1.234, ora em discussão, é a meu ver, uma químera.

Vou tratar do assunto, embora na persuasão de que mais uma vez vamos “chover no molhado”. E' o cumprimento de uma promessa, de mais uma promessa do Sr. Presidente da República. Na sua campanha eleitoral, S. Exa. prometeu mudar a Capital da República, e logo que assumiu o Governo enviou Mensagem a esta Casa para dar a impressão ao País

* Não foi revisto pelo orador.

— 70 —

de que não é um faltoso. Promessa é dívida. Quem deve tem a obrigação de pagar.

O Sr. Dilermando Cruz — Permite. É dispositivo constitucional. O Sr. Presidente da República não inventou coisa alguma.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — É um dispositivo constitucional, nós o sabemos, como dispositivo constitucional é a participação dos empregados nos lucros das empresas e até hoje não se discutiu o assunto.

O Sr. Dilermando Cruz — Um erro não justifica outro.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Em todo o caso, errando é que se aprende.

O Sr. Dilermando Cruz — Ai é o caminho da verdade.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — O erro, dizem os filósofos, é uma ilusão que desaparece à medida que o entendimento surge.

O Sr. Dilermando Cruz — E que se vai acertando.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — O entendimento está surgindo, e o erro há de desaparecer, porque persistir no erro é errar duas vezes.

O Sr. Rogê Ferreira — É estultice.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Quero alinhar às considerações que pretendo fazer em torno do projeto, comentários por mim escritos em jornais a respeito da mudança da capital da República para, em seguida, analisar os efeitos e as causas se aprovada a proposição.

Sucedem os dispêndios preparatórios da pretendida mudança da capital da República com a Mensagem governamental. O que, a meu ver, salvo melhor juízo, pretende o Sr. Juscelino Kubitschek com seus entusiasmos demagógicos — e neste particular é simples demagogia, se é que se pode falar a verdade e pintar as coisas

com clareza — é sugestionar o eleitorado.

Não se trata apenas de plantar no deserto longínquo de Goiás uma cidade que se revista de todos as características de *urbe*, sede do Governo da União, dotada de todos serviços públicos, com capacidade para permitir a instalação do complexo mecanismo governamental e o numeroso corpo diplomático. Não. Para lá seria deslocada grande parte das comunicações aéreas, pois haveria necessidade de se ligar a todas capitais dos Estados, o mesmo ocorrendo quanto aos transportes ferroviários e rodoviários, visto que se tornaria imprescindível para a subsistência da população e da urdida dos setores oficiais a importação em grande escala de material não conduzível por via aérea.

O projeto como está, a meu ver repito, é uma quimera. Há coisas de fazer graça.

Em todo caso, vamos discutindo.

Nem todos serviços públicos, Senhor Presidente, poderiam ser transplantados no conjunto, como estão, para a hipotética capital. A capital do Sr. Juscelino Kubitschek teria de aqui permanecer, como está redigida a lei. Fora, portanto, da visão direta do Ministério, exigiria a criação de pelo menos três subsecretarias, com adequados quadros burocráticos e despesas duplicadas.

O Sr. Carlos Pinto — Vossa Excelência é contra a mudança da Capital?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — V. Exa. acompanhe meu raciocínio e chegará comigo. Quem não sabe onde fica o mar, basta acompanhar o leito do rio.

O Sr. Carlos Pinto — O Deputado Emival Caiado não está satisfeito com o ponto de vista de Vossa Excelência.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — V. Exa. acompanhe meu raciocínio. Estou fazendo apenas a crítica do projeto. Ainda não ma-

— 71 —

nifestei meu pensamento quanto à mudança. V. Exa. chegará ao altar do mesmo ideal, mesmo por caminho diferente, marchando comigo.

Ora, Sr. Presidente, não residiria apenas quanto aos organismos militares o desdobramento forçado. Desejo mostrar que o projeto veio preparado para não se mudar a Capital. Atente a Câmara — isto aqui é apenas demagogia eleitoralista do candidato que prometeu...

O Sr. *Georges Galvão* — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — ... e mandou mensagem apenas para dar a impressão, aspecto de euforia, de bem-estar, de que é capaz de cumprir a promessa. E só.

Concedo o aparte com imenso prazer.

O Sr. *Georges Galvão* — Nobre Deputado, V. Exa. faz afirmações sem ter lido, à página 17 do avulso, o parecer do nobre Colega de bancada de V. Exa., Relator da matéria, o Deputado *Emival Caiado*.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Li. Se V. Exa. não me interrompesse agora, já teria chegado a esse ponto.

O Sr. *Georges Galvão* — Permita-me V. Exa. que leia: "O presente projeto de lei colima completar as disposições constitucionais acerca da mudança da Capital Federal, armando o Executivo com poderes para esse superior objetivo". Portanto, o objetivo do projeto é cumprir disposições constitucionais. Ele fornecerá meios para levar a Capital àquele planalto goiano que há de ser, um dia, a Capital do Brasil.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Exatamente.

Marinha, Aeronáutica, e a maior parte das unidades do Exército, sediadas no Distrito Federal teriam de aqui permanecer, por fôr-

ça desse projeto. Não sei se o Senhor *Juscelino Kubitschek* se daria muito bem, distante da Vila Militar, fora, portanto, da visão direta dos Ministros, o que exigiria a criação de, pelo menos, três subsecretarias, com adequados quadros burocráticos e despesas, como disse, duplicadas.

Vamos por etapas. Atenderei à curiosidade do nobre Deputado por Goiás, S. Exa. com a galhardia que lhe é peculiar com o desassombro, com o empenho, com o desejo veemente e profundo de ver a Capital da República no seu Estado querido, na sua querida terra, está querendo apartear-me. Irei ao encontro do nobre colega, marcharemos ombro a ombro e não peito a peito.

O Sr. *Emival Caiado* — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Com imenso prazer.

O Sr. *Emival Caiado* — Quero lembrar a V. Exa. que sou, como todos sabem, um dos fundadores da União Democrática Nacional, elemento leal e fiel à sua bancada e orientação. Foi relator desse projeto. Mas, na questão da mudança da Capital Federal, apenas agi como brasileiro, acima de qualquer partidatismo político; e penso que essa deve ser a orientação dos bons patriotas, dos autênticos representantes do povo.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Respeito e admiro a sinceridade de propósitos com que Vossa Excelência se houve no tocante ao projeto, bem como assim se tem conduzido até hoje, nesta Câmara. Quero, apenas, mostrar a Vossa Excelência que o projeto é uma quimera. A crítica que formulo em relação ao mesmo, no entanto, não traduz qualquer intenção de influir na solução da matéria e nos juízos já feitos até agora.

O Sr. *Emival Caiado* — Permita-me divergir de V. Exa. Considero esse projeto um grande passo para a realização, talvez, da

— 72 —

maior obra do Brasil e do mundo, porque não há exemplo, na História, da construção de uma cidade nas condições técnicas com que iremos edificar a futura Capital do Brasil.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Adiciono ao meu discurso o aparte com que V. Exa. acaba de honrar-me.

Engenheiros notáveis — como Prestes Maia, grande urbanista de São Paulo, conhecido de toda a Nação — já ponderaram a inoperância desse projeto, como está redigido, concatenando uma série de obstáculos que evidenciam, à saciedade, a impraticabilidade da tentativa vaidosa — não de Vossa Excelência — mas do Sr. Juscelino Kubitschek, que no fundo, não quer sair da praia; quer — na prática — continuar de frente para o mar e de costas para Golás e por isso, em teoria, manda mensagens como essa.

O Sr. Emival Caiado — Vossa Excelência permite-me um aparte?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Vamos prosseguir, porque chegarei ao objetivo. Permita-me levantar as premissas da crítica à mensagem, para chegar às conclusões, que V. Exa. está ansioso de conhecer.

O Sr. Emival Caiado — Apenas queria dizer a V. Exa. que, quando se referisse ao Relator, ou mesmo ao problema da mudança, tivesse, em consideração, tão-sómente, o aspecto nacional, o aspecto brasileiro, o aspecto de brasilidade...

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Econômico-político.

O Sr. Emival Caiado — ... que ele encerra.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Econômico e político, também.

Sr. Presidente, *data venia*, procuramos melhor ilustrar nossas palavras áridas de sonoridade (*não apoiado*) e até franciscanas de beleza (*não apoiados*), embora puras e sinceras de desejo de dar

um pouco de luz a essa montanha de trevas que a meu ver existe no corpo da mensagem.

O Sr. Vasconcelos Costa — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Com imenso prazer.

O Sr. Vasconcelos Costa — Sempre julguei V. Exa. um dos Deputados mais patriotas e mais dignos desta Casa. Conhecedor profundo do interior do País, não só por ser clemente nascido no Nordeste desta grande Nação em que vivemos, mas, sobretudo, como representante da velha e nobre Província do Rio de Janeiro, não posso crer que V. Exa. vá à tribuna formular uma crítica a assunto da maior transcendência para os altos interesses da Nação, como é o da mudança da Capital Federal. Bastaria, eminente amigo, ilustre Deputado, que o Sr. Presidente da República enviasse a esta Casa qualquer mensagem sobre o assunto para que V. Exa. viesse aplaudir-la — fôsse qual fôsse o Chefe da Nação. Não creio que V. Exa., membro proeminente da UDN, dirija censuras ao eminente Sr. Presidente da República por fato dessa natureza. Desejaria muito mais: que V. Exa. se reservasse para outra oportunidade, porque realmente o projeto ora em discussão é da mais alta importância para os destinos do País.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Mas, Sr. Deputado, não só podemos falar em liberdade no dia em que nos agitarmos em harmonia com o ritmo da realidade em cujo meio vivemos, isto é, no dia em que concordarmos ou discordarmos uns dos outros dentro dos altos princípios de respeito e liberdade. A crítica é a fiscalização da consciência pública, e o dever primeiro do Deputado, é criticar o que lhe parece errado. Ainda não me manifestei com relação à mudança da Capital, nem dei à Câmara a minha opinião a este respeito. Apenas estou criticando a

— 73 —

Mensagem, que julgo muito frágil, com pouca sinceridade de propósitos.

O Sr. Vasconcelos Costa — Mas permita Vossa Excelência.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Não era tal mensagem a que desejávamos. Ela tem uma finalidade: a amortização de uma dívida de gratidão, vamos dizer, do atual Presidente da República ao eleitorado brasileiro, que sonha com essa mudança, que S. Exa. não quer, em verdade.

O Sr. Vasconcelos Costa — Mas nesse assunto, V. Exa. deve apenas colaborar com o Presidente da República, porque tudo quanto o Chefe do Governo enviar a esta Casa com referência à mudança da Capital da República para o Planalto Central deve merecer o franco aplauso de V. Exa., porque eu sei do sentimento do nobre colega com relação ao transcendente problema nacional.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Meu caro colega, se todos os cristãos fossem filhos de Deus não haveria necessidade do inferno. Se todos os Deputados aqui colaborassem com o Sr. Juscelino Kubitschek talvez os Deputados da Malória não tivessem o prestígio de que desfrutam. Para alguma coisa serve a desgraça. Deixe-me, portanto, continuar. (Risos).

Proseguindo, Sr. Presidente, dizia eu ao trazer as luzes de uma autoridade no particular para ilustrar a palidez de minha palavra, que atualmente, as duas maiores nações do mundo não possuem em seus territórios minerais atômicos. Cresce, assim, a importância do nosso País e, como consequência, a área onde essas jazidas são encontradas. O Rio de Janeiro, por esse motivo, teve a sua situação valorizada. Abandonar esta cidade como pretendem, para construir outra em lugar supostamente mais seguro, é procurar contornar uma situação que para uns será muito favorável, para outros trará grandes prejuízos à Nação.

Trata-se da opinião de um grande engenheiro brasileiro, não da minha. Eu a exponho a esta Câmara para confrontar esses conceitos, critica-los, incorporando-os ao meu discurso.

“A mudança da capital é uma solução ultrapassada” — diz ele em face das novas conquistas humanas.

Além de todas as outras razões, tão notavelmente expostas pelo grande urbanista patricio Prestes Maia, há mais esta que procuramos defender:

“Na era atômica que se inicia, a posição geográfica das cidades, em relação às fronteiras terrestres das Nações, tem pouca importância, sob o ponto de vista da defesa nacional. Muito mais importante é a defesa da sede política do País, e a defesa dos seus centros vitais industriais ou potenciais ou ainda pela concentração de tropas.

Ninguém pensa hoje em transferir a Capital dos Estados Unidos para o Arizona ou a da Rússia para os Urais, porque qualquer que seja o local, em relação às suas fronteiras, estarão estas capitais sujeitas aos ataques do inimigo.

O que é necessário é dotar o Rio de Janeiro de meios para enfrentar as suas dificuldades e se preparar para as eventualidades do futuro”.

E' uma opinião respeitável que eu incluo no meu discurso apenas à guisa de ilustração. Não adoto, porém, esta tese. Critico apenas a mensagem.

O Sr. Corrêa da Costa — Vossa Excelência me dá licença para uma observação?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Com imenso prazer.

O Sr. Corrêa da Costa — A despeito da grande autoridade do ilustre engenheiro Prestes Maia,

— 74 —

devo lembrar a V. Exa. que a própria Rússia, citada por V. Exa., mudou sua Capital de Petrogrado — a São Petersburgo antiga — para Moscou, distante centenas de quilômetros da fronteira. E' o próprio exemplo da Rússia, que Vossa Excelência citou.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Talvez cheguemos lá, daqui a pouco, quando começarmos a devanear em torno do problema.

Continua com a palavra o eminente engenheiro patricio:

“A posição geográfica do Rio de Janeiro é hoje mais importante que nunca, pois está situado no centro da área de jazidas de minerais atômicos, uma das quatro áreas existentes no mundo, exatamente entre Vitória e Araxá” — e ilustra esta parte com desenhos — “por essa razão e, mais, pela grande concentração de força militar, está o Rio entre os mais destacados e visados pontos para ataques estratégicos em uma guerra atômica”.

Isso diz Prestes Maia. Podemos contestá-lo, depois, se o tempo não-lo permitir. E prossegue êle:

“Reforma da cidade — Ao invés de construirmos uma nova Capital, deveríamos, isto sim, aplicar o dinheiro destinado a êsse fim, na reforma do Rio de Janeiro e na melhoria dos transportes, para escoar a produção excessiva do grande Estado de Goiás”.

Poderíamos, com isso, evitar fatos como aquêles a que assisti, há dois anos, quando, pessoalmente, estive em Goiás, na companhia do nobre e eminente Deputado Emival Calado, e lá vimos cerca de dois milhões de sacos de arroz apodrecendo havia mais de dois anos por falta de transporte, no mesmo dia em que o povo carioca assistia revoltado à descarga no cais do porto, por navios estrangeiros,

de arroz espanhol, para consumo na metrópole, porque a importação da produção interessava aos chamados grupos monopolizadores da economia, da produção e do consumo brasileiro.

Atente a Câmara para o seguinte: o que ocorre em Goiás, se repete também na maioria dos Estados do Brasil Central: falta de transportes, de recursos, de assistência técnica e de amparo em geral.

Outras medidas deveria o Senhor Juscelino Kubitschek tomar em vez desta tão imperfeita, constante da mensagem em debate.

Se eu, com meus poucos conhecimentos, reconhecesse na mensagem o objetivo sincero e leal de levar a Capital da República para o Planalto, claro que com ela estaria de acôrdo. Mas o que vejo nessa mensagem é uma cortina de fumaça para amortizar a enorme dívida de que se tornou credor o eleitorado que sufragou o nome de S. Exa., que não sabe, porém, como entusiasmar a imaginação dos representantes do Estado de Goiás!

Sr. Presidente, examinemos o que se faz mister realizar e o que não se poderá fazer com as verbas previstas e as medidas solicitadas à Câmara.

Poderíamos, assim, dispor de recursos para solução de determinados problemas, além de outros, não incluídos na Mensagem. Atente a Câmara para a Mensagem, observando-lhe a maldade e o propósito deliberado de iludir a boa fé do povo goiano.

“Primeiro a construção de um sistema radial de metrô com três linhas atravessando a zona montanhosa, como temos projetado em artigos anteriores neste jornal e, ainda em outro projeto do Metropolitan do Rio de Janeiro”.

São pequenas coisas. Tudo foi prometido, mas com o assunto não se preocupou ainda o Sr. Presidente da República.

— 75 —

O Rio de Janeiro é a cidade que vemos e conhecemos — e diga-se de passagem — transformou-se em depósito de doentes, porque para aqui aflui hoje, como mariposas dos campos um exército diário, um incomensurável exército de nossos irmãos jeca-tatus que fogem, tangidos pela fome do Brasil caixigó.

O Sr. Oscar Passos — Até do Acre.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Até do Acre, diz bem o representante acreano.

Ao Rio de Janeiro chegam diariamente cerca de mil pessoas, o que importa dizer mil bocas para consumir. Dois mil braços diariamente fazem falta no interior do Brasil. O Governo pensa, com esse paliativo da mensagem, impedir a correria dos cadáveres ambulantes, que, pendurados em paus-de-arara, chegam diariamente à Cidade de São Sebastião.

O Sr. Corrêa da Costa — Entendo que a argumentação de Vossa Excelência, aliás desenvolvida com o brilho costumeiro, vem corroborar a necessidade da interiorização da Capital porque iríamos fixar esses pobres brasileiros do interior juntamente na área beneficiada pela mudança da Capital.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Mas também, nobre Deputado, não é possível permitir que fique uma população de quase três milhões, numa cidade como o Rio de Janeiro, sem uma reforma da sua rede de iluminação, de gás, de telefone, de água e esgoto, sujeita a epidemias e, conseqüentemente incapaz para a luta do trabalho. O Governo deve preocupar-se primeiramente com problema tão importante como o da assistência a três milhões de brasileiros e a fixação daqueles que para aqui afluem em busca do litoral atraídos pela demagogia do SAPS, que fornece refeições a oito cruzeiros, enquanto o Governo não

proporciona a mesma vantagem aos homens do interior. Não cuidou este Governo da organização da defesa civil até hoje, nem da construção de túneis especiais de defesa, nem de obras de caráter exclusivamente militar.

O Sr. Georges Galvão — Congratulo-me com as afirmações de V. Exa., porque vejo nelas o voto em separado que eu trouxe a esta Casa, na Comissão de Finanças, quando se discutia o crédito especial de 50 milhões de cruzeiros para a Cruzada São Sebastião, a fim de que ela proporcionasse aos favelados habitação condigna e gratuita. O que então vimos, nobre colega, foi esta Casa agravar ainda mais tudo o que V. Exa. descreve dessa tribuna. Não encontramos, como providência do Governo para conter o afluxo para esta Cidade, que tenho a honra de representar nesta Casa, senão o seu apoio à Conferência dos Bispos de Campina Grande, que visava os meios de radicar o homem do Nordeste. Não temos culpa das atrações que demos a esta Capital.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Tem razão V. Exa. Obrigado pelo aparte.

Falo, Sr. Presidente, porque experimento na própria carne; representa a orla da Capital a República. Sei o que vai pelos arraiais da cidade, debruçada nos braços do Mar Atlântico, esse palácio de pedrarias cantado nos rádios que a bateria do caminhão leva para o interior do Brasil, refulgindo ao longe, apresentando fosforescências inebriantes. Quem vive nesta Capital sente o travo insuportável do desespero, o sabor intolerável da desilusão.

O Distrito Federal goza de benefícios que não são desfrutados por nenhum município brasileiro, sabemos-lo. Além dos impostos pertinentes, pela letra da lei, à Municipalidade, beneficia-se ela dos devidos aos Estados, como o de imposto de transmissão. Como muito bem disse certo comenta-

— 76 —

rista, há poucos dias, num período desta metrópole o Distrito Federal tem a engrossar as suas veias o sangue do Governo Federal, através de verbas insubstituíveis. Mas, Sr. Presidente, apesar de constituir-se em "primo rico" e privilegiado, o Rio de Janeiro não tem recebido o devido impulso oficial para ocupar a vanguarda na corrida de progresso dos grandes municípios brasileiros. Ao que diz o noticiário, São Paulo já lhe tomou, inclusive demograficamente, a dianteira. Por que? Não se deve culpar o atual Prefeito, nem os seus antecessores. Não me quero deter no exame de pessoas, nem culpar os homens, mormente ao atual Prefeito do Distrito Federal, a quem não se pode negar operosidade. Homem bem intencionado, nem há dúvida. Nem quero culpar os seus antecessores. Não, Sr. Presidente. A culpa cabe, sim, à política desenfreada do filhotismo e do nepotismo aqui nesta Capital reinante, à pressão do Catete e do Senado que atrela o Distrito Federal como reboque da Light à carruagem oficial, para forçá-lo à condição de estalagem de seus pupilos, vamos dizer, pupilos farejadores de empregos e até de sinecuras.

A Prefeitura da grande metrópole é hoje convertida em cabides de chapéus de vagabundos. Quero usar aquela expressão de Carlos Pinto que é tão característica e fere mais do que chicote em mãos de policial perverso. Transformaram-na, Sr. Presidente, em sinecura. O seu erário tornou-se guichê de eternos desocupados de pensionistas remunerados. O Prefeito é um eterno joguete, não só do Presidente, mas também de alguns Senadores. E até — por que não dizer? — do jardineiro, do porteiro e do barbeiro do Presidente da República que sussurra lentamente, na hora de escanhoar a pele do rosto do Presidente, as suas intrigas contra o Governador da cidade. E tantas vezes elas entram invisivelmente pelos ouvidos

do Presidente, que atuam sobre S. Exa. No dia seguinte já o Presidente recebe o Governador da cidade mal humorado. Quando o Chefe do Executivo, Sr. Presidente, arrepia a sobrançelha — atente a Câmara — nega-se ao cumprimento de um pedido vindo do alto, uma ameaça chega depois ou numa promessa de emissão, ou no desapoio ao primeiro veto do Prefeito. Basta que o Prefeito feche o rosto e diga não, para incorrer no risco do desagrado do Presidente e de alguns dos velhinhos do Senado. E o Prefeito, escravizado, na dependência de todos, rende-se à intimação descabida dos senhores do dia.

O Sr. *Georges Galvão* — Nobre Deputado, V. Exa. está fazendo história e, como a história deve ser real, quero lembrar certo período em que se inaugurava novamente a austeridade nesta Nação, ou ao menos se apregoava uma austeridade, em 6 meses, e exatamente aqueles que a preconizavam para a Prefeitura inflacionaram-na com 14.000 funcionários.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Não é possível construir-se, em 6 meses, uma Jerusalém destruída em 30 anos. Nem Jesus reconstituiria Jerusalém, que, pela impenitência do seu povo, foi destruída, e não ficou pedra sobre pedra.

Eis porque estamos na tribuna criticando a Mensagem, a insinceridade da mensagem, como a homenagem da nossa solidariedade, do nosso respeito aos Deputados do Brasil-Central, aproveitamos o ensejo, entrando num desvio, para cair na zona crepuscular dos problemas da política da Capital da República.

Nesta hora em que se fala em vetar a lei da Câmara, porque o Senado não vai permitir, não vai deixar que esta autonomia passe, um votinho a favor do veto pode contribuir para que o tropeiro do interior, em retribuição, já venha nomeado, na letra "O", para uma função na Prefeitura e chegue

— 77 —

aqui credenciado com uma única qualidade — o canudo de nomeação debaixo do braço. São negócios que se fazem em torno da posição político-administrativa na Capital da República...

O Sr. *Georges Galvão* — Quando é tropeiro ainda é louvável a atitude, mas, como vemos, às vezes são até concubinas.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Não, Sr. Deputado, seja de preferência pedreiro se é para isso que tem habilidade. É um crime tirar o tropeiro do campo para fazê-lo "Barnabé" de categoria na Capital da República. É por essas e outras que andamos nesse caranguejar permanente na praia dos acontecimentos, com dois passos para frente e três para trás, no campo do progresso e da prosperidade do Brasil.

Eis, porque, Sr. Presidente, lutei aqui um dia pela autonomia da Capital Federal. Luta inglória, porque esta Câmara tem o valor de zero à direita ou à esquerda do Senado ou do Presidente. Quando de acordo com a vontade do Governo vale muito, sem a vontade do Governo ela passa para a esquerda — zero um.

Em certos momentos, ela chega a ser inane, numa condição que a incompatibiliza com a dignidade do Poder que representa.

O Sr. *Georges Galvão* — Não apoiado.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Concorde com a manifestação de V. Exa., mas na prática sentimos isso. Os vetos do Presidente nunca são rejeitados. Nós votamos os projetos e ele veta. Caem esses vetos quando não interessam a determinados indivíduos ou ferem interesses não coletivos, mas a hipertrofia de certo poder dominante. Mas Sr. Presidente invocando o título de doadores de verbas da Nação, arrolam nossa metrópole como um bem de firma individual, e aparecendo como acionista, exigem-no — atente a Casa e desmintam-me os Srs. Deputados do Distrito Fe-

deral, se não é verdade, pois prefiro ser desmentido agora — como quinhão para distribuí-lo com pelegos desses que vêm encomendados para fazer concorrência aos cariocas e aos velhos servidores, homens de bem que ainda nos restam dentro da Capital.

Ora, Sr. Presidente e Senhores Deputados, do povo não cuidam êsses renegados glutões e depois de regalados, transformam o patrimônio dos cariocas — vamos dizer — num cabaré de pupillos bem nutridos, bem vitaminados, bem glostoados, oriundos da província, com o título de nomeação no bôlso.

Não se pode, Sr. Presidente, à tarde, sair à rua sem padecer com o povo carioca, a angústia do tráfego interrompido. Chega a fazer corar até uma lesma ver essas ruas como pontas de funis atrofiados. E isso não mexe com a sensibilidade dos governantes de papelão que tem infelicidade esta cidade.

Saia daqui, agora, a Câmara e faça uma transferência psicanalista. Vamos todos em pensamento, ficar em pé numa fila de ônibus às 6 horas da tarde. Vou começar. Já estou na fila, fila interminável, onde pobres criancinhas, vindas dos Institutos, sem receita e sem remédio, choram nos braços das mães aflitas. É verdade ou é mentira? Senhores, senhoras e mocinhas consultam o relógio receosas dos assaltantes que a fome carreu para o crime. O Estado quer salvar a sementeira matando, uma a uma, as lagartas, sem combater a sua origem; quer acabar com a varejeira, sem acabar com a carniça, a carniça moral, a carniça social, sem enterrá-la; quer matar urubus com espingarda, deixando a carniça em cima do chão. E se chegarmos à Leopoldina... Há alguém aqui que viaje nos trens da Leopoldina? Talvez não. Só eu, assim mesmo de automóvel, caminho em estrada paralela à linha férrea. E a Central do Brasil? Ai as côres da tragédia carioca se carregam da mais negra tonalidade. É verdade ou mentira? Mocinhas da classe média saem de

— 78 —

Cascadura, Santa Cruz e Campo Grande, às cinco horas da madrugada para conseguir uma vaga num trem da Central. Lábios pintados pele macerada e compleição que dá mesmo a idéa de um cadáverzinho tangido de um cemitério antigo, lá vão em busca do trabalho no balcão, trazendo num embrulhinho, uma comida fria. Ao meio-dia vão ao lanche, ao almoço de cachorro-quente na esquina, o mais barato dos alimentos para os desgraçados. E, jantar, só em casa, com um restinho de feijão requeentado. E os beliscões indecorosos, e as palavras que lhes marcham as flôres da reputação, sem que ali apareça um agente da lei para abrir o guarda-chuva protetor da autoridade! E, assim, lá vai aquele trapo de gente, que por fora parece gente, mas por dentro faz de conta que o é, para um dos casebres dos subúrbios do Rio de Janeiro, onde os buracos, as valas, os mosquitos já estão sendo usados para indústria — porque dizem que a banha de mosquito de subúrbio já pode ser aproveitada para uma indústria qualquer, cujo nome não me ocorre, e o Governo já planifica importar máquinas para beneficiar banha de mosquito dos subúrbios do Distrito Federal. (Risos).

O Presidente da República, Senhores Deputados, que subiu ao poder sob o signo do trinômio — atentem bem — alimentação, energia e transportes; comida, luz e condução, não é isso? — somente cuida de caviar e peru americano para as orgias dos banquetes oficiais, a fim de refazer as energias próprias que perde nas noites com essas palestras, esses passeios e até essas saturnais, e do avião que usa para seus passeios de viajante eterno e incorrigível!

Não há meio de se desabituar da situação de candidato, nem de se convencer de que deve assumir o governo. Da alimentação do povo não se preocupou até hoje. Da energia para indústria nem se lembrou ainda. É possível que se lem-

bre depois. Do transporte para as massas não quer saber.

Sr. Presidente, Senhores Deputados, este quadro da Capital da República cobre-nos de vergonha; de crepe e de nôjo. As vezes, às 5 horas da madrugada, com os meus reporteres, ou reporteres do meu jornal, saio para ver, como um quadro de pintura viva, que nem Miguel Angelo seria capaz de pintar, a saída de um trem da Central ou de um trem da Leopoldina. E penso: Quanta caloria se perde! E quanta gasolina se gasta em automóvel, às 18 horas, daqui a Copacabana, para o norte, para o leste, para o oeste, esperando que os sinais se abram, enquanto as autoridades dormem e os carros engulgam! Tem-se a impressão de que o Governo é sócio das fábricas de peças americanas, porque deixa buraco de propósito para quebrar feixe de molas, para rebentar pneu. Não há divisas que cheguem para comprar amortecedores, peças. A gasolina que se gasta pelo trânsito interrompido, se despejada no Ribeirão das Lages, Senhor Presidente — sem exagero — era capaz de suprir a deficiência de água para movimentar as turbinas. E o Governo indiferente, de braços cruzados, olhando na praia o desgraçado povo carioca!

Sr. Presidente, eis a divisa do Governo: "Depois de mim que venha o dilúvio". Pouco importa o que venha depois dêle.

E o dinheiro dos impostos arrecadados, as atividades a título de contribuição do trabalho com fins sociais, em vez de invertidos em benefício da sociedade, não, Sr. Presidente, são transformados em salários e arreglos de cupinchas dos pensionistas do Catete e de afilhados dos novos reis da República e de alguns senadores do nosso velho Senado.

Lutamos contra este regime, Senhor Presidente, regime de privilégios — e vamos dizer — de privilégios sórdidos e vergonhosos! Estamos com o povo porque este é o nosso dever, estamos com este po-

— 79 —

vo que não come caviar. Nós não vestimos macacão para ir conversar com este povo. Não! Nós vamos de colête e gravata mesmo e, às vezes, até em carro de luxo, para dar a êle a impressão de que ainda estamos vivos para lutar por êle, por este povo que se encaminha para o seu trabalho, padecendo as angústias da fila, com a marmita de um só prato — já se sabe, meada de comida rústica, via de regra desvitaminada. Esses são, Sr. Presidente, os nossos amigos. Isso não é demagogia. É um fato ligado a outros pela eficácia do nosso exemplo.

Porque são nossos irmãos, pelo sangue, pela terra e pelo coração, os que conosco sofrem. Digo isso, porque quando as perseguições oficiais do governo do Estado que represento chegavam ao auge, tentando ceifar vidas, mediante pagamento a miseráveis sicários, para fazer cessar a voz do protesto vinham render-me do Distrito Federal, qual viandantes, cumprimentos de respeito e solidariedade do povo carioca, para mim uma espécie de óleo santo a manter acesa no meu peito a chama ardente da fé no futuro do Brasil. Tenho dívidas para com este povo, que me aplaudia nas ruas, me abraçava e chorava de emoção, quando eu me via na circunstância de com arma na mão enfrentar os bandidos que queriam massacrar a cabeça da Constituição, ferindo a liberdade e as imunidades de um Deputado, o que significa tentar ferir a integridade do Poder Legislativo. Essa gente me aplaude, quando me vê de colête, mesmo num Cadillac, porque sabe que o meu aparente luxo não brotou das transações indecorosas nem das manipulações indecentes, mas foi produto do trabalho de um homem que venceu pela audácia amparado na fanática confiança que tem na sua própria personalidade, na luta pelos que não podem lutar.

E não se diga que eu tenho pretensões na política do Distrito Federal. Não Sr. Presidente.

O Sr. Benjamin Farah — E por que V. Exa. não pode ter pretensões na política do Distrito Federal, onde V. Exa. é tão conhecido, tão admirado e tão benquisto?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Pela bondade de V. Exa.

O Sr. Frota Aguiar — V. Exa. está integrado na política do Distrito Federal.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Estou integrado na política do Distrito Federal apenas para amortizar uma dívida de gratidão de que se tornou credor de mim um povo que sempre me aplaudiu e me apoiou nas horas da adversidade.

O Sr. Carlos Pinto — V. Exa. não quer candidatar-se a Prefeito?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Não respondo à pergunta de V. Exa. porque acabei de dizer que não tenho pretensões na política do Distrito Federal. E, para responder à pergunta de V. Exa. teria de estar ligado a algum partido ou a alguma agremiação.

O Sr. Benjamin Farah — Pode estar certo V. Exa. de que a sua participação só poderá honrar a política do Distrito Federal.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — As palavras de V. Exa. me comovem Sr. Deputado Benjamin Farah.

O Sr. Benjamin Farah — São sinceras.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — É confortador para mim ouvir de um Deputado que não pertence ao meu Partido a solidariedade do apoio moral que me dá, espontaneamente, sem ser instado para tal, numa hora em que apenas me limito a comentar problemas de uma cidade que V. Exa. com tanto brilho e galhardia representa na Câmara dos Deputados.

O Sr. Benjamin Farah — Obrigado a V. Exa.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Mas, Sr. Presidente, a ninguém é dado, é lícito o direito de assis-

tir indiferente esse capricho de politicóides ulcerosos e incuráveis que se enquistam na política do Distrito Federal, querendo que a Cidade de São Sebastião continui sendo prado ou curral em que se possa pastar e ruminar livremente, sem lhes querer dar a autonomia e a liberdade a que têm direito todas as cidades do Brasil.

Não, Sr. Presidente. Já é tempo de parar com a dilapidação do dinheiro público no resto do Brasil e, principalmente na Capital da República.

Causa constrangimento ver um Prefeito como o Sr. João Negrão de Lima declarar que 90% do Orçamento da Prefeitura são destinados ao peso morto do sinecurismo burocrático.

Ora, o Governador da cidade, que faz essa afirmativa deixa entender que o contribuinte não deve mais pagar imposto. É essa uma forma de aconselhar o povo nesse sentido. Pagar para quê? Para sustentar essa pelegada, esses reprodutores humanos glostorados, vitaminados e — como diriam outros — que andam pelas ruas da cidades de ancas rotundas, como violoncelo do Teatro Municipal, à custa do suor, sangue e lágrimas dessa desgraça que acabei de pintar com as pinceladas pálidas da minha descolorida palavra. É para isso que não se quer a autonomia do Distrito Federal.

A Câmara fez a reforma constitucional e concedeu a autonomia. Agora a Maioria sopra e o Líder da Maioria, em debate comigo na televisão, declara — foi há poucos dias — essa lei inconstitucional.

Chagas Freitas faz uma lei que estabelece o prazo de 120 dias para a eleição do Prefeito do Distrito Federal: quer que a Cidade seja livre, que seu povo viva sob o benedito sol da liberdade, empunhando nas mãos do governo de si mesmo, propriedade sua que lhe assaltaram, que lhe furtaram e que não lhe querem devolver. Entretanto, proclama o Líder da Maioria, através da televisão, que a lei é incons-

titucional, numa conspiração flagrante contra a decisão da Câmara dos Deputados, pois a Comissão de Justiça e o plenário afirmam que a lei não é inconstitucional.

O Sr. Frota Aguiar — Falou S. Exa. como Líder ou como Deputado paraibano?

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Não sei, mas não se pode separar uma qualidade da outra, porque S. Exa. é representante do Governo.

O Sr. Carlos Pinto — Sr. Deputado, quanto à eleição do Prefeito, V. Exa. está enganado. A Constituição determina que essa eleição seja concomitante com a do Presidente da República, V. Exa. está certo disso.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Exato. Como entende V. Exa. o fato de se conceder liberdade a um preso, com a condição de não abrir a porta da prisão? Não. Inconstitucional é a fixação da Câmara, porque a competência é do Poder Legislativo. Assim se deu em Pernambuco, em São Paulo, em todas as cidades do Brasil. O Poder Legislativo pode reformar a Constituição dando autonomia às cidades. A fixação do prazo para a eleição do governador, é, porém competência privativa do Poder Legislativo.

O Sr. Carlos Pinto — Mas já concedeu o prazo também.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Não pode porque o caso é de legislação ordinária, complementar que é, a meu ver, salvo melhor juízo quanto à interpretação da Constituição...

O Sr. Carlos Pinto — Então está tudo errado, ninguém entende mais nada.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI Tem V. Exa., então dúvida de que a Câmara está como um barco sem leme, sem bússola, sem comando?

Pois aprovada a lei por esta Casa, não vai o Líder da Maioria e, em nome do governo e não diz que a lei é inconstitucional, é ilegal,

— 81 —

quando, a ser assim, S. Exa. como líder, devia impedir que seus liderados cometessem tal ilegalidade.

Quer V. Exa. atestado de maior paradoxismo, de maior escândalo na história de uma república do que este, em que não podemos, sequer, discutir matéria passada em julgado?

Pois isto é o que estamos vendo.

Srs. Deputados, estou a terminar. Já é tempo de parar, mesmo porque estou fatigado. Precisava dizer estas verdades, para que a Câmara medite sobre o fato de que — vou receber não apoiados — continua desempenhando o papel de zero à esquerda ou à direita do número, dependendo sua colocação da vontade do Presidente da República. Se S. Exa. quiser, porá o zero à esquerda do número, se entender, polo-á à direita, por uma dádiva especial da sua paternidade governamental...

Manda o Sr. Presidente uma mensagem para transferir a Capital para Goiás e faz a propósito, conferência, discursos, entrevistas pela Radio Nacional, pelo DIP, pelos jornais governistas, divulgando-os aos quatro ventos. Como badaladas plangentes de sinos, lá vão as palavras do Presidente para o planalto goiano. Diz-se: Juscelino cumpriu a promessa, vai mudar a Capital da República para Goiás. Os Deputados goianos embandeiraram suas casas com as cores de sua estudante alegria. Tremulam bandeirolas nas ruas de Goiás...

O Sr. *Emival Caiado* — Trata-se de dispositivo constitucional V. Exa. talvez não ignore que todas as Constituições do Brasil, desde a primeira república, vêm consignando o mandamento de mudança da Capital Federal.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Estou de acôrdo em que se faça a mudança, mas com sinceridade e não como pilhéria. Como representante do povo nesta Casa, não posso deixar sem protesto que se faça projeto como este...

O Sr. *Emival Caiado* — O caso não é para pilhéria, nem para ne-

gociata. Trata-se, precipuamente, de cumprir dispositivo constitucional, de realizar obra das mais grandiosas da Nação em todos os seus tempos, obra que vem desafiando a vontade dos governantes brasileiros.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — V. Exa. tem ouvido minhas palavras. Ainda outro dia, citando Jules Melles, disse que a felicidade de um povo é como uma árvore: a indústria e o comércio são os galhos; a raiz é a agricultura. Sei que a felicidade do Brasil, a raiz de sua produção e do seu progresso está em Goiás, no Estado de V. Exa.

Tenho sustentado a tese de um erro de civilização, que chamamos civilização predatória. As cidades colocadas no litoral, como no nosso caso, contam com cerca de 20% da população, enquanto 80% vive no interior. Entretanto, no Orçamento da União, 90% das verbas são aplicadas no litoral, destinando-se apenas 10% ao interior. Há inversão de tudo para aqui: temos médicos, o que se chama hospitais, mas, na verdade, são depósitos de doentes, porque remédios não há lá dentro. É preciso saber o que se passa nos nossos hospitais. Aqui temos hospitais. Creches não. É uma calamidade, mas não temos. Disparamos porém, de hospitais para efeito de propaganda eleitoralista. Chapas para radiografia, antibióticos, isso não existe. Mas folha de pagamento para servidores não. Contamos com o SAPS dando refeição a Cr\$ 8,00 para o pobrezinho do trabalhador — essa a alegação; na fonte de produção, o prato de comida custa Cr\$ 50,00. A Câmara sabe que é mais negócio pedir esmola debaixo da Ponte dos Marinheiros, aqui na Capital da República e comer no SAPS do que plantar feijão, mandioca, arroz e batata no interior do Brasil. Eis por que vemos estarecidos, o carloca ingerindo arroz da Espanha, batata da Dinamarca, manteiga da Holanda, boi esquelético do Paraguai, carne congelada da Argentina. Também aí

está o obstáculo degradante de botarmos fogo em canaviais, aqui no Estado do Rio e o povo brasileiro sem açúcar! É o monopólio, o monopólio, o ligopólio, em síntese, a falta de seriedade na administração pública que tomou corpo de coisa séria. Criticar isso é incorrer no risco de morrer na primeira esquina, ou ser chamado de agitador.

Mas, a verdade é esta: não querem, Sr. Deputado Emival Caiado, a mudança da Capital. Esta Constituição — pode-se aplicar aforismo de Zeus — é como tela de aranha: só serve para prender mós-cas...

Ainda há pouco, debaixo desta Constituição vimos Deputados colegas nossos, esbordoados na praça pública. Suas equimoses aí estão a envergonhar a Nação e o mundo. Os seus espancadores ainda receberam prémios como solidariedade e homenagem da Câmara aos que a ofenderam. No semblante de cada Deputado, no rosto, nos olhos de cada um pode-se ler, na linguagem do olhar, que é o reflexo da linguagem do olhar do povo. Maus sinais. É o que se sente em qualquer pessoa com quem se converse. Vai tudo mal. Os prognósticos são péssimos. Tem-se a impressão de que esse processo político e esta gente sepultam mesmo o Brasil numa noite tenebrosa (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

Durante o discurso do Sr. Tenório Cavalcanti o Sr. Godói Ilha, 2.º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonardo Barbieri, 2.º Secretário.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. João Machado.

O SR. JOÃO MACHADO — * — Sr. Presidente, venho de regressar da Bolívia, como integrante de uma comissão nomeada para representar, juntamente com o Presidente desta Casa e outros colegas, o Governo nas solenidades de posse do

* Não foi revisto pelo orador.

novo Presidente daquele país amigo. Sem referir-me às atribuições que nos foram conferidas, apenas assinalo a minha ausência do país para dizer que não contava, nesta sessão noturna de hoje, encontrar na Ordem do Dia, um projeto que tanto interessa ao povo brasileiro, bem como aos representantes do Distrito Federal: o da mudança da Capital da República para o interior.

Cabrá ao ilustre Presidente da Casa, Deputado Ulisses Guimarães, no seu regresso o que se efetuará na próxima segunda-feira, apresentar o resultado da incumbência que me foi confiada.

Sr. Presidente, discutindo o projeto de mudança da Capital Federal, desejo fazer ligeiras considerações para confirmar a atitude que mantivemos e sustentamos ainda hoje, de todo favorável. Desde que eleito, pela primeira vez, para representar o povo carioca na Câmara de Vereadores, considere a mudança da Capital da República um problema de ordem nacional e depois, então, a autonomia ao Distrito Federal, não deveria ser motivo de preocupação dos cariocas, que, pelos seus representantes — e esta, penso, é a opinião de quase todos — compreendem a necessidade de interiorização da capital para o Planalto Central.

Ouvimos, ainda há pouco, o discurso proferido pelo ilustre Deputado Tenório Cavalcanti, como temos ouvido freqüentemente, referências ao Distrito Federal, quando se discute projeto de tamanha importância para todo o País.

Relega-se assim, uma questão desta natureza, tão importante, para se focalizar aspectos da administração do Distrito Federal, com um quase absoluto desconhecimento de problema que tanto deveria empolgar os brasileiros e os representantes dos Estados.

Seria, sem dúvida, muito mais interessante que se procurasse, numa oportunidade como esta, com dados conhecidos, mas não suficientemente divulgados, demonstrar que o